
Faces da personagem escrava

CONFORTO, Marília. Caxias do Sul: Educs, 2001.

*Jorge Verlindo**

A historiografia sobre o escravismo no Brasil vem traçando novos rumos teórico-metodológicos já há algum tempo, e um dos marcos foi a polêmica Gorender-Chaloub nos anos 80-90. A diversificação das abordagens é salutar para a História. Os debates prosseguem sobre o significado da escravidão e suas repercussões na estrutura social brasileira em seus aspectos econômicos, políticos e culturais. Como pensar a escravidão? Como um sistema, um modo de produção ou é melhor colocar uma lente e ver o cotidiano dos escravos e suas relações com os senhores e os outros agentes sociais e históricos em dado período e local? No fundo uma divisão entre uma visão macro (muitas derivada dos mais diversos tipos de análise marxista) e uma visão micro (muitas vezes derivada de uma *Nova História* que se preocupa com as mentalidades e o cotidiano). Uma história de linhas de força, tendências, leis impessoais, classes ou uma história de pessoas, de vivências, de afetos e sensibilidades? Na verdade, uma abordagem não invalida por si mesma a outra e é isso que o livro de Marília Conforto mostra. Para aqueles preocupados em demarcar fronteiras (literatura x história; abordagem macro x abordagem micro; análise histórica-estrutural x análise hermenêutica, etc.) o livro é um desafio porque rompe com estas velhas dicotomias. A autora analisa a evolução da personagem escrava e o discurso escravista nos romances do século XIX. Os narradores inspiraram-se, sem dúvida, no cativo real, naquele escravo que viam e que muitas vezes possuíam. Mas o mais interessante é a interpretação que fizeram dessa realidade social e o uso que

* Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professor de Sociologia e História Antiga da Universidade de Caxias do Sul (UCS);
e-mail: silverlayn@bol.com.br

dela fizeram. Por ser ficção, criação artística, a literatura dispõe de uma liberdade que o historiador desconhece devido aos procedimentos “canônicos” de seu ofício. Este não pode inventar, especular, a não ser no caso uma hipótese de trabalho (de difícil elaboração) que deverá ser confrontada com os mais variados documentos e fontes. Já o literato pode e ao fazer isso ele interpreta, e ao interpretar ele pode antecipar aquilo que políticos ou cientistas sociais depois podem desenvolver. A professora Marília não trata a literatura como um reflexo das condições sociais, mas como um corpo autônomo que têm suas próprias normas e códigos de funcionamento e é isso que torna sua abordagem mais interessante ainda para o historiador que descobre, guiado por sua leitura analítica de romances do século XIX, um novo continente, vasto, diversificado e rico em inferências. Os fatos do historiador parecem ser autônomos, ele não interfere ou não devia interferir nos rumos dos acontecimentos que descreve (postulado muito contestado por meio das críticas de marxistas, fenomenólogos, hermenêuticos e pela Nova História). Os fatos e principalmente os personagens, para o literato, não são assim: ele os manipula, os elabora para que se tornem ao máximo transparentes e compreensíveis para si mesmos e para o público leitor. A partir daí, a autora traça uma série de paralelos (com diferenças e similitudes) entre as narrativas literárias e as historiográficas.

A seguir, ela aborda a constituição da sociedade escravista brasileira no período de 1844 a 1888 e identifica quatro tipos de discurso sobre a escravidão: o primeiro, que vai de 1844 a 1857, foi caracterizado pelo consenso em torno da escravidão, não se contesta a instituição, e o escravo aparece como pano de fundo, como um personagem não muito denso e secundário na trama; o segundo discurso, de 1865 a 1872 já não possui mais o consenso, e a escravidão já é tratada como um problema social, geradora de tensões e conflitos e isso acontece porque a escravidão é degradante e amoral. O terceiro discurso de 1874 a 1878 já caracteriza o escravo como sendo vítima do sistema que o escravizou. E no último período, de 1881 a 1888, o discurso abolicionista ganha força e é apontada a dificuldade de integração e de cidadania para o cativo.

Ela nos mostra que o texto ficcional, ao criticar a instituição escravista, viu-se limitado pelo poder da elite escravocrata. Contudo, vê-se por meio de sua análise, que a literatura não compartilhou de um discurso único, o que não ocorreu com a historiografia que omitia ou procurava minimizar a presença do cativo na sociedade brasileira: “Na literatura podem-se ler as fissuras, as contradições, as ambivalências e a crueldade do sistema escravista que a História, como discurso científico e que pretende ser ‘verdadeiro’,

unificou e, de certa forma sustentou” (p. 135). Nesse sentido, a literatura estava mais avançada que a História da época e permitia uma reflexão maior sobre o papel dos descendentes de africanos no Brasil e qual a possibilidade de serem inseridos na cidadania rumo à construção de um País onde a liberdade fosse algo mais do que uma palavra dos brancos da elite.

